



A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DEFINIÇÃO, PROPÓSITOS, ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

Da LDB:

Artigo 43. A educação superior tem por finalidade: ...

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica na instituição.

Se a Faculdade de Odontologia de uma universidade decidir desativar o pátio de circulação dos pacientes para transformá-lo num terreno utilizado para plantação de bananas, podemos concluir que a Faculdade está fugindo de sua missão e que, por isso, apesar de plantar bananas não ser uma atividade típica de ensino ou de pesquisa (a não ser, possivelmente, na Faculdade de Agronomia e para fins de estudo), ela também não é de extensão universitária.

A universidade empreendedora, surgida na segunda metade do século XX, em decorrência de dois fatores - o crescimento de sistema de ensino superior no mundo inteiro e das crises financeiras dos governos, prega que (quase) tudo é válido para se conseguir redução de custos ou um aumento de arrecadação pela utilização da infra-estrutura, física, humana e financeira, com o objetivo de melhor financiar os estudantes ou os projetos acadêmicos relevantes de financiamento externo duvidoso.

Tende-se a supor que esses recursos externos, oriundos de atividades que não sejam ensino e pesquisa, são originários da extensão. O aluguel de um prédio da universidade para uma formatura de um colégio ou para a realização de um culto é uma atividade de extensão? Certamente que não, é somente um aluguel, uma atividade comercial.

Um terceiro e último exemplo: caso a Mantenedora de uma IES possua um cinema comercial no campus aberto à população, seria esta uma atividade de extensão? Novamente é claro que não. Isto vale tanto para uma emissora de rádio ou de televisão, quanto para um hospital, um supermercado ou qualquer outro serviço ou negócio situado no campus com missão autônoma, gerência independente e pouco, ou nenhum, contato com a comunidade acadêmica, a não ser como usuários do serviço ou negócio.

Uma outra dúvida conceitual se refere ao âmbito da extensão. A extensão refere-se à quem se estende a atividade ou de quem se origina a atividade? Por exemplo, se um professor desenvolve uma tecnologia de rede de computadores que se aplica às instalações da própria IES, poderá esta atividade ser considerada como extensão?



Quem considera a extensão como o resultado das atividades ligadas ao corpo acadêmico, que não se enquadra nem como ensino formal nem como pesquisa científica, a implantação desta tecnologia de rede poderia ser considerada como extensão. No entanto, pelo entendimento da LDB, a extensão é uma abertura "para fora", e a implantação intra-muros da rede de computadores é a aplicação interna, de caráter tecnológico, de um conhecimento de que dispõe um professor. Não deve, portanto, ser entendida como extensão.

O conceito de extensão foi introduzido nos Estados Unidos para as Land Grant Universities, que foram criadas em terras doadas aos estados pelo governo federal com a condição de ali criarem universidades, que tinham como obrigação primordial auxiliar o desenvolvimento agropecuário regional para torná-lo mais eficiente.

Para isso as universidades criaram bases avançadas, junto aos produtores rurais, onde professores de alto nível estagiavam e auxiliavam os agentes cooperativos de extensão, que tinham como obrigação estudar a produção local, orientar os proprietários rurais e desenvolver pesquisas ligadas à produção local.

Eram centros chamados de cooperativas de extensão universitária (porque eram financiados pelos governos federal, estadual ou municipal e pela própria universidade) e os professores lá lotados tinham os mesmos direitos que aqueles que permaneciam nos campi universitários, sendo avaliados em sua produção de extensão, que gerava promoções, aumentos salariais etc.

Mais tarde, a extensão deixou de ser identificada com esta atividade, que não era mais necessária, e passou a ser aplicada, em muitos casos, aos cursos de caráter não regular, oferecidos tanto à comunidade interna quanto à externa à IES. Hoje em dia, estes programas dominam as ações de extensão na América do Norte e na Europa.

Em geral, entende-se a extensão como uma ampla variedade de ações projetadas e montadas pela IES ou por um de seus setores, utilizando seus meios físicos e de recursos humanos, para oferecer à sociedade serviços que vão além de cursos formais regulares que fornecem diplomas de graduação, títulos de mestres e doutores e de atividades regulares de pesquisas científicas e tecnológicas e criações culturais de fronteira, mas que tenham impacto direto no desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural desta sociedade. A extensão já foi definida como "a ligação entre a população e a pesquisa". A sociedade espera por esta ligação.

Em suas regiões as universidades são, normalmente, as instituições que agregam o segmento mais educado, culto e bem informado da população, dispendo de metodologias próprias para a transmissão do conhecimento. Por isso, a responsabilidade de influir no desenvolvimento da população local é uma responsabilidade inalienável.

Os serviços de extensão podem ser financiados pela própria IES, por instituição externa ou parceria e devem surgir da utilização das potencialidades da universidade, no que ela tem de próprio, como instituição voltada à formação de profissionais de nível superior e da busca de novos conhecimentos.

É divulgando o conhecimento, utilizando uma mão-de-obra altamente capacitada e especializada, fazendo uso de equipamentos modernos, aplicando sua visão científica na forma de encarar os problemas, que a universidade realiza sua extensão de serviços à sociedade. A extensão é, portanto, primariamente voltada à comunidade extra-muros, baseia-se nos conhecimentos, metodologias e infra-estruturas da IES e não conduz aos já mencionados diplomas e títulos universitários, nem à pesquisa científica e tecnológica, ou à criação artística de fronteira.



No Brasil, a atividade de extensão pode estar associada à formação de graduados, como exigência curricular, muitas vezes por fazer parte dos relatórios de extensão. Um exemplo é a prática profissional na clínica odontológica da universidade para os estudantes de odontologia, que atendem à população. Neste caso, o acompanhamento e a avaliação dos trabalhos dos alunos cabe à coordenação do curso, embora o resultado do trabalho realizado seja contabilizado pela IES como prestador de serviço comunitário ou de extensão.

Isto porque, na extensão, espera-se que haja um ganho acadêmico para a instituição, isto é, que as ações desenvolvidas sejam internalizadas como testes de metodologias para trabalhos comunitários, conhecimentos de problemas reais da sociedade, experiência profissional para professores e estudantes, desenvolvimento de procedimentos e normas técnicas, em resumo, uma via de duas mãos, em que a IES colabora com a sociedade, mas internaliza conhecimentos e experiências indispensáveis ao seu próprio desenvolvimento. É aí que ela difere de um aluguel de prédio, de uma plantação de bananas ou da presença no campus de um cinema comercial.

Como organização social, no entanto, uma IES pode desenvolver outro tipo de ação de alcance social, normalmente denominado ações ou assuntos comunitários. É o caso da prestação de serviços em que se disponibiliza algum patrimônio da instituição para um programa de interesse comunitário, como a participação em atividades e campanhas de emergência, serviços de rotina utilizando metodologia ainda que pouco inovadora, mas de necessidade imediata para a sobrevivência de pequenas empresas, alimentação de carentes, dentro de um programa de governo, com sobras do restaurante universitário, e outros semelhantes.

As atividades de extensão, normalmente, são baseadas em um conjunto formado pelos cursos de extensão, do tipo formação continuada que, como foi mencionado, confunde-se e absorve o conceito de extensão em alguns países, e que pode ser de caráter profissional ou cultural, pela colaboração com o setor produtivo por meio da consultoria, ensaios, desenvolvimento de produtos e patentes e realização de simpósios profissionais, feiras etc., pelos serviços de saúde (naquilo que não for pura rotina) e, finalmente, pelos projetos de planejamento urbano ou rural, transportes, habitação etc., normalmente em colaboração com o governo, via secretarias ou ministérios.

Além da importância da extensão, ao trazer para as IES os problemas reais da sociedade, ela tem a qualidade de gerar uma atividade adicional para alunos e professores, em muitos casos com financiamento externo, mantendo professores e estudantes mais presentes à instituição e mais comprometidos, por isso, com seus destinos e objetivos. Daí, a importância da extensão no tripé que define as atividades fundamentais de uma universidade. Pela grande variedade de ações possíveis, a extensão permite, também, toda sorte de abusos e descontroles, principalmente quando realizada de maneira descentralizada. Em muitas instituições, ela não passa de uma maneira dos professores complementarem seus salários, sem que haja um acompanhamento por parte da IES da qualidade do trabalho desenvolvido, de sua pertinência, ou dos gastos não contabilizados e que correm sem controle por conta dela, como luz, tempo de computação, xerox, telefonemas, tempo de bolsistas, técnicos e secretárias etc.

É preciso atentar para o fato de que escritórios de projetos, prestações de serviço, escritórios de consultoria etc., normalmente trazem prejuízo às IES e ao mercado fora da universidade, que tem que embutir em seus preços todos os custos reais. Só os professores ganham com esta concorrência que é, na maioria das vezes, predatória e representa, na linguagem dos negócios, um dumping. Se tais atividades vierem a ser implantadas e coordenadas nas IES, nos cálculos dos preços praticados devem ser incluídos todos os custos diretos e indiretos. Caso a IES deva competir com os profissionais externos, ela deve vencer pela qualidade e não pela prática de preços subsidiados e irreais que comprometem a saúde institucional.



Um programa de extensão, bem orientado, tem todas as condições de conseguir uma importante contribuição financeira externa ao seu funcionamento. Os cursos de educação continuada e divulgação científica, profissional e cultural, por exemplo, são fontes de renda em muitas universidades do mundo.

A colaboração com as empresas, cujo potencial tem sido superestimado, embora nem sempre tragam grandes superávits, podem perfeitamente financiar, com sobras, as atividades a elas ligadas na universidade normalmente na forma de prestação de serviços e formação de recursos humanos. Da mesma forma, as ações nas áreas de saúde e outros serviços públicos podem, em boa medida, serem financiados pelos órgãos interessados em seus resultados.

A colaboração universidade-empresa tem sido assunto de muitas seminários, conferências e artigos, sendo considerada como um fator decisivo para o desenvolvimento do País. Sem dúvida, uma maior colaboração entre estes dois setores seria muito positiva, mas é preciso avaliar, com realismo, seu possível impacto nas atividades e no financiamento da pesquisa e da extensão nas universidades brasileiras.

Em primeiro lugar, é sabido que em todos os países, com tradição nesta colaboração, a participação efetiva das empresas para o financiamento da pesquisa de interesse comercial é relativamente pequeno.

Nos EUA, sempre citado como exemplo, o investimento das empresas em pesquisas universitárias é responsável por 5,4% dos recursos por elas captados para este fim, e correspondem a 1,6% dos recursos que o setor industrial americano investe em P&D, quase sempre realizado dentro da própria empresa.

No Japão, o financiamento das universidades pelas empresas é política governamental de subsídios e repasses, sendo estes recursos alocados sem caráter específico, quase uma doação. Por outro lado, os recursos governamentais nos EUA, responsáveis por quase 70% do financiamento de P&D nas universidades, são em boa parte aplicados em pesquisa básica.

No Brasil, a pesquisa básica ainda é mais privilegiada porque as agências de fomento mais fortes, hoje em dia, como o CNPq, a FAPESP e a CAPES, tradicionalmente são financiadoras de pesquisa fundamental. A FINEP, o PADCT, a Fundação Banco do Brasil, que há tempos atrás buscaram apoiar linhas mais próximas da tecnologia e do desenvolvimento industrial, ocupam espaço cada vez menor no universo dos financiamentos da C&T.

O próprio investimento em pesquisa de C&T por parte das indústrias, ainda que em suas próprias instalações, é reduzido, não atingindo 20% (entre públicas e privadas) do esforço nacional de P&D.

O que pode o setor privado esperar da colaboração com a indústria?

As grandes empresas brasileiras não têm buscado em nossas universidades (nem mesmo nas estrangeiras), projetos de cooperação para incorporar mais tecnologia moderna a seus produtos, o que demonstra que a pesquisa não faz parte de suas estratégias competitivas.

Por estarem tecnologicamente atrasadas em relação ao primeiro mundo, elas preferem comprar tecnologia já pronta ou abrir seu capital para sócios internacionais, que aportem as tecnologias necessárias.



Quando, no início da década de 90, a USP montou um grande programa de cooperação com o setor produtivo, o maior desenvolvimento deu-se na colaboração com as micros e pequenas empresas, via disque-tecnologia, seguido de algumas colaborações com estatais de porte.

De um modo geral o que as indústrias desejam que a universidade atenda são suas demandas imediatas, realizando testes ou aplicando normas técnicas. Seria mais uma prestação de serviços de rotina do que um projeto de extensão, que deveria ter o objetivo de aportar conhecimentos novos gerados na universidade.

Além de solicitar somente serviços de rotina, as empresas não desejam gastar em investimentos de capital nas universidades, partindo do princípio que elas deveriam dispor do equipamento necessário para a realização da atividade, só se dispondo a cobrir despesas de pessoal e custeio, o que exige, às vezes, inversões da universidade para compra, adaptação ou manutenção de equipamentos não contabilizadas no convênio. Muitas vezes estas demandas vêm com a anuência dos próprios professores que desejam receber seu pró-labore pelo trabalho realizado e não se sentem responsáveis pelos custos da universidade.

Soma-se a todos estes problemas mais dois fatores que podem dificultar o sucesso da colaboração: os tempos próprios da indústria e da universidade, já muito analisados e que estão intimamente ligados às próprias missões distintas dos dois setores, e a questão do sigilo industrial, que costuma criar sérios problemas para a colaboração eficiente com as universidades.

Para resumir, a idéia de que a pesquisa do ensino superior privado será financiada pelas empresas não parece ter perspectivas de sucesso numa escala significativa. A universidade pode, se bem planejada, trabalhar com grandes empresas em teste industriais e normas técnicas, mas dificilmente fará pesquisa de ponta em C&T por elas financiadas. Provavelmente, o trabalho com pequenas e médias empresas terá mais sucesso, embora seja menos sofisticado do que a universidade gostaria. A colaboração, provavelmente mais eficaz, seria na formação e treinamento de recursos humanos, via mestrados profissionais, MBA, cursos sequenciais ou mesmo de graduação, além da realização de congressos e seminários conjuntos.

Se uma IES desejar enfrentar as dificuldades de colaboração com as indústrias, sugerimos a criação de um órgão específico, capaz de ser um interlocutor competente com as empresas, planejar a ação da universidade nesta área, prevendo valores de consultorias e formas de realizá-las, proteção de patentes, como lidar com o sigilo industrial etc.

Da mesma forma, as ações nas áreas de saúde e outros serviços públicos podem, em boa medida, ser financiados pelos órgãos interessados em seus resultados. Por isso, como um todo, a extensão é uma atividade que não deve ser encarada como deficitária. Ao contrário, ela deve ter com objetivo ser superavitária, no geral, contribuindo para cobrir ações assistências necessárias à boa imagem empresarial e programas acadêmicos deficitários, mas de importância para a realização da missão institucional.

Critérios a serem adotados para a realização de um programa de extensão devem levar em conta sua utilização dos conhecimentos existentes na IES, o impacto social, a estratégia para internalizar resultados e treinar pessoas, a capacidade de montar as equipes e gerir o programa, os investimentos necessários, o financiamento externo, o cálculo dos custos diretos e indiretos e o *break even*, período, responsável e espaço necessário.



A flexibilidade da extensão pode ser utilizada para também flexibilizar as formas de pagamento a seus participantes. Assim, tanto contratos em tempo integral, como contratos específicos de prestação de serviços por tempo determinado, quanto bolsas de extensão oferecidas por fundação ou órgão semelhante e, até mesmo, participação direta em resultados, podem ser fontes de remuneração de professores. Para alunos podem ser igualmente utilizados, bolsas, monitorias em cursos, ou pagamentos por serviços prestados.

Para que a extensão traga impacto social, desenvolvimento acadêmico e recursos financeiros, é fundamental que haja controle por parte dos órgãos superiores da organização, um planejamento bem feito e uma avaliação dos resultados alcançados.

Podemos resumir os serviços prestados pelas IES à sociedade, fora do âmbito do ensino regular e da pesquisa, serviços estes muitas vezes agrupados sob uma estrutura administrativa única, como:

a) Extensão: programas que utilizam o patrimônio específico do conhecimento, recursos humanos e materiais da universidade para, dentro das áreas ligadas à sua missão acadêmica, gerar benefícios sociais de todo o tipo, em que o retorno à universidade se dê pela incorporação de novos conhecimentos ou metodologias, suas aplicações ou expansões.

b) Serviços de atendimento à comunidade interna: são serviços e benefícios, que qualquer empresa possui, de atendimento a funcionários, professores e estudantes, como as de lazer, cultura, transporte, apoio psicológico etc. Pode-se incluir nestas atividades programas de acompanhamento e integração dos egressos.

c) Serviços de apoio ao estudante: além de algumas facilidades descritas no item anterior, é possível haver programas voltados especificamente aos estudantes, como apoio à busca de moradia, estágios, bolsa de empregos, bolsas trabalho etc.

d) Atendimento à comunidade externa: a universidade pode ter como uma política a execução de projetos de caráter permanente ou temporário, que se caracterizem como ações externas à universidade, não necessariamente de interesse acadêmico imediato ou específico, mas que utilizem sua competência para atender a necessidades científicas, tecnológicas, culturais, esportivas ou artísticas da sociedade.

e) Ações comunitárias: são aquelas próprias das grandes empresas de responsabilidade social para melhorar o meio em que se situam e valorizar a imagem institucional; não são programas tipicamente caracterizados como extensão, a menos que sirvam para propósitos acadêmicos e sejam capazes de agregar conhecimentos, técnicas ou metodologias ao conhecimento existente.

Pode-se afirmar que, se bem feita, a extensão pode vir a ser uma nova motivação para a comunidade universitária, um instrumento de revitalização para o campus, a viabilização de uma carreira docente, uma fonte de renda para a IES, professores, alunos e funcionários, uma ação social capaz de contribuir para uma boa imagem institucional, uma geradora de novos problemas de pesquisa, um auxílio para o recredenciamento pelo MEC, mas, acima de tudo, o cumprimento de uma obrigação.

Texto inserido no site em novembro / 2001